



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2013

## PALÁCIO OLÍMPIO CAMPOS

# Museu celebra os 25 anos da Constituição

Acontece hoje, às 15h, no Palácio-Museu Olímpio Campos, uma mesa-redonda - com o tema: "República Brasileira e os 25 anos da Constituição Cidadã" - promovida pela instituição com o objetivo de marcar as duas datas importantes na história do País: a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, e a Constituição promulgada em 1988. A diretora do Palácio-Museu, Marieta Oliveira, disse que foram convidadas três pessoas que são consideradas expoentes nas suas respectivas áreas para debater o assunto.

A mesa será presidida pelo juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Sergipe e mestre em Direito Constitucional, José Anselmo de Oliveira, enquanto que o outro palestrante será o doutor em História e Filosofia da Educação e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Jorge Carvalho Nascimento. Outro palestrante é o procurador de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Carlos Augusto Alcântara Machado, mestre e professor de Direito Constitucional da UFS e Universidade Tiradentes (Unit).

De acordo com Marieta Oliveira, além da palestra, está sendo providenciada uma surpresa para público que for assistir a palestra. A entrada é franca. "Queremos trazer a população, de maneira geral, para o nosso Museu. Queremos atingir um público cada vez maior, os partidos políticos, os movimentos sociais, instituições de ensino superior, enfim, todos", afirmou Marieta. O Palácio-Museu Olímpio Campos tem em sua estrutura uma coordenação de pesquisa e ações educativas, justamente para preservar a história do próprio palácio e da política de Sergipe.

### História

No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente. Na noite deste mesmo dia, o marechal assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório.

Após 67 anos, a monarquia chegava ao fim. No dia 18 de novembro, D. Pedro II e a família imperial partiam rumo à Europa. Tinha início a República Brasileira, com o Marechal Deodoro da Fonseca assumindo provisoriamente o posto de presidente do Brasil. A partir de então, o País seria governado por um presidente escolhido pelo povo através das eleições. Foi um grande avanço rumo à consolidação da democracia no Brasil.

Após subir a rampa do Planalto com o presidente José Sarney e Raphael Meyer, ministro do STF, o deputado Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, assinou os documentos no plenário da Câmara dos Deputados e disse a frase que todos esperavam: "Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia e da justiça social do Brasil".

Em vigor até hoje, os 347 artigos do documento aprovado representaram um avanço nos direitos sociais dos brasileiros, marcando também a transição do regime militar para uma democracia. A Constituição ou Carta Magna é um documento de leis fundamentais que refletem a estruturação do Estado, formação dos poderes, formas de governo e direitos e deveres do cidadão de um País.

Ao longo da história, o Brasil teve sete constituições, sendo que a primeira data de 1824 e foi outorgada por Dom Pedro I durante o primeiro reinado. Em 1891, após a Proclamação da República (1889), foi promulgada a primeira Constituição Republicana brasileira, que adotou o sistema de governo presidencialista, a eleição do chefe de Estado por voto direto e a divisão entre o Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), o Poder Executivo e o Poder Judiciário.